

VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE CRICIÚMA - SC

Adriano José Laurindo (1), Mônica Elizabeth Daré (2)

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
(1)adrianojlaurindo@gmail.com, (2)dare@terra.com.br

RESUMO

A Lei Federal de nº 13.146/2015, no seu artigo 28º - XVI prevê “acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações”. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo verificar as condições de acessibilidade em escolas públicas no município de Criciúma - SC. Para o desenvolvimento da pesquisa e alcance dos objetivos, se adotou planilhas de avaliação do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas, publicado pela Secretaria da Educação e parcerias, o qual tem finalidade de promover acessibilidade em todas as escolas, conforme preconiza o Decreto-lei nº 5.296/2004. As planilhas foram aplicadas em três escolas, chamadas nesse estudo de “A”, “B” e “C”, onde se analisou 582 requisitos de acessibilidade. Nas escolas pesquisadas desses requisitos, 409 se encontravam em desconformidade com o especificado nas normas de acessibilidade, o que representa uma parcela de 66% dos requisitos avaliados. A Escola C foi a que apresentou o maior percentual de não conformidades (75%), ainda que as outras escolas tenham obtidos resultados semelhantes (70% e 63%, nas Escolas A e B, respectivamente). A Escola B foi a que apresentou melhor desempenho, com 36% dos requisitos em conformidade.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Escolas, Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas, Normas de Acessibilidade.

1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal de nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada o Estatuto da Cidade, em seu Art. 182 diz que: a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Um dos pontos importantes do Estatuto da Cidade é estabelecer as diretrizes para a elaboração do Plano Diretor. Este está definido no Estatuto da Cidade como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. A gestão urbana incentiva a promover a mobilidade e acessibilidade universal. Conforme Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

A mesma Lei, em seu Art. 28, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

Dischinger et al (2004, p.28) apontaram que a avaliação das condições de acessibilidade é indispensável para o provimento de melhorias nas escolas que já foram construídas.

A partir do exposto do Inciso XVI, gerou-se a seguinte problemática: quais as condições de acessibilidade em escolas públicas municipais de Criciúma - SC?

A presente pesquisa tem como objetivo geral verificar as condições de acessibilidade em escolas públicas no município de Criciúma - SC. Os objetivos específicos são: a) Interpretação das exigências legais e normativas relacionadas ao assunto b) Elaborar um fluxograma para o processo de verificação das condições de acessibilidade na edificação pretendida c) Classificar e categorizar as não conformidades encontradas na pesquisa d) Identificar os espaços críticos que não possuem acessibilidade como determinam as normas e) Contribuir para a adequação das edificações estudadas às normas de acessibilidade f) Contribuir para uma lista de verificação de acessibilidade para as escolas públicas municipais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

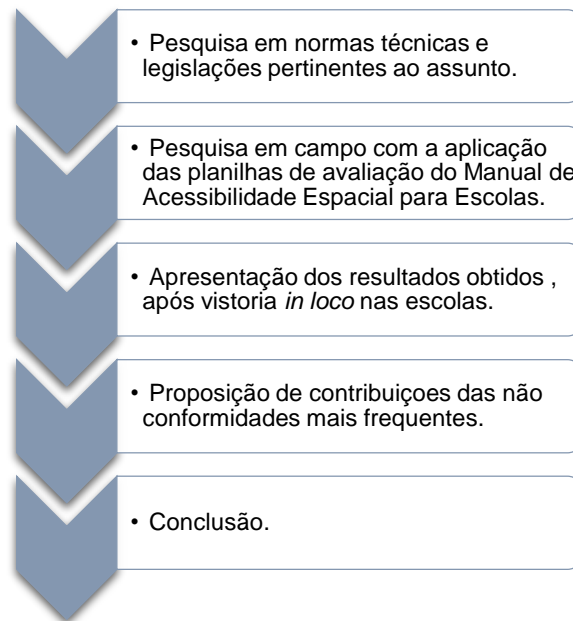
2.1 PERÍODO DA PESQUISA

A pesquisa bibliográfica teve início em junho de 2017 e se estendeu até dezembro do corrente ano. Iniciou-se a pesquisa de campo no mês de fevereiro de 2018, com o recolhimento dos dados nas escolas municipais de Criciúma - SC, e finalizou-se em junho de 2018.

2.2 ETAPAS DA PESQUISA

Dividiu-se o desenvolvimento da pesquisa em cinco etapas, conforme fluxograma da Figura 01.

Figura 01 – Fluxograma da Metodologia.



Fonte: Laurindo, 2018.

2.3 OBTENÇÃO DOS DADOS

Como informação necessária ao desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as legislações e normas, pertinentes a acessibilidade, conforme mostra a Figura 02.

Figura 02 – Lista de Leis e Normas.

Leis	Título	Características
Lei Federal nº 13.146/2015	Inclusão da Pessoa com Deficiência	127 Artigos
Decreto-lei nº 5.296/2004.	Estabelece normas gerais e critérios básicos de acessibilidade.	72 Artigos
NBR 9050/04	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	207 Seções
NBR 9050/15	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	207 Seções

Fonte: Laurindo, 2018.

Para desenvolver a metodologia da pesquisa, utilizaram-se as planilhas de avaliação disponíveis do Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (2009). O Manual,

publicado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial em 2009, foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e tem como objetivo subsidiar os sistemas de ensino na implementação de uma política pública de promoção da acessibilidade em todas as escolas, conforme preconiza o Decreto-lei nº 5.296/2004.

Para a obtenção de dados necessários para o estudo, utilizaram-se planilhas de avaliação, cujo objetivo é auxiliar na verificação dos problemas em cada escola, a partir das leis e normas existentes.

As planilhas são baseadas na NBR 9050:2004, entretanto, durante as vistorias cada requisito avaliado foi revisado, visto a atualização dessa NBR no ano de 2015, observando se houve mudança das exigências contidas na planilha em questão.

Cada uma das planilhas corresponde a um dos ambientes da escola, que foram as rotas a serem avaliadas. Percorrendo essas rotas, elencadas na Figura 03, as perguntas devem ser respondidas para se chegar a um diagnóstico da acessibilidade, a partir da quantificação de seus pontos positivos e negativos.

Figura 03 – Rotas a serem avaliadas.

Rotas	Especificação	Nº de requisitos a conferir	Sub-Requisitos
1	A rua em frente à escola	4	20
2	Do portão da escola à porta de entrada	3	21
3	Recepção e salas de atendimento	3	14
4	Corredores	2	24
5	Escadas e rampas	3	30
6	Salas de aula	1	8
7	Laboratórios e salas de artes	1	11
8	Salas de recursos multifuncional	1	12
9	Espaço da educação infantil	1	16
10	Biblioteca	1	9
11	Auditório	1	14
12	Sanitários	4	26
13	Trocadores em sanitário acessível	2	14
14	Refeitório	1	7
15	Quadra de esportes	1	8
16	Pátios	1	12
17	Parque infantil	1	18
Total		31	264

Fonte: Laurindo, 2018.

Na Figura 04 é mostrado um trecho da planilha de avaliação, referente à rota a ser avaliada, nomeada de “A rua em frente à escola”, e seus respectivos requisitos.

Figura 04 – Trecho da planilha de avaliação.

1 A RUA EM FRENTE À ESCOLA					
Legislação		Itens a conferir	Respostas		
Norma/ decreto	Seção/ artigo		Sim	Não	N/A
Atravessando a rua					
x	x	Existe faixa de pedestre para ajudar a atravessar a rua em frente à escola?			
NBR 9050/04	9.9.1 9.9.2	Em caso de ruas muito movimentadas e que ofereçam perigo para travessia, além dessa faixa de pedestre, existe algum elemento que permita a travessia com segurança, como semáforo para automóveis, semáforo para pedestre com sinal sonoro, redutor de velocidade dos carros?			
NBR 9050/04	6.10.11.1	Existe calçada rebaixada, nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeira de rodas atravessem na faixa de segurança?			
Calçada em frente à escola					
x	x	Estando na calçada, é possível identificar o prédio da escola?			
x	x	A calçada é pavimentada?			
NBR 9050/04	6.1.1	O pavimento da calçada é regular, plano, sem buracos e degraus?			
NBR 9050/04	6.10.5 6.10.7	É possível percorrer a calçada sem encontrar obstáculos, como placas, floreiras, lixeiras, postes, galhos de árvores, toldos, entulho, etc., que atrapalhem a circulação de pessoas?			
NBR 9050/04	6.1.2	Caso existam obstáculos, eles estão identificados com piso tátil de alerta para pessoas com deficiência visual?			
NBR 9050/04	6.1.4	Quando há degraus ou desníveis, eles são menores que um centímetro e meio?			

Fonte: Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas, 2009.

Na primeira linha de cada planilha está especificado o ambiente a ser avaliado: laboratório, sala de aula, etc. A coluna “Legislação” é composta por duas sub-colunas: a primeira referente à lei, decreto ou norma, seguida pelo artigo ou seção correspondente na segunda coluna. Dessa forma, possibilita-se consulta à legislação sempre que houver dúvida. A coluna “Itens a conferir” traz os aspectos a avaliar apresentados na forma de perguntas. Nos ambientes mais complexos, os itens estão organizados em blocos, de acordo com suas funções. A coluna “Respostas” possui três sub-colunas: “sim”, “não” ou “não se aplica”, a serem preenchidas pelo avaliador. Respostas afirmativas significam que os itens conferidos são acessíveis e negativos indicam a presença de problemas a serem resolvidos. Preenche-se “não se aplica” nos casos em que o item a conferir não existe na edificação. No final de cada planilha, há um espaço para observações, tais como a descrição mais detalhada dos problemas e sugestões para sua adequação.

2.4 CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS

A pesquisa delimita-se ao estudo das condições de acessibilidade das escolas municipais de Criciúma – SC, que segundo dados da Secretaria Municipal de

Educação, possui 78 escolas. A análise foi restrita a uma amostragem de aproximadamente 4% do total das escolas.

Na Figura 05 podem-se observar as características de cada escola vistoriada.

Figura 5 - Tabela com as características das escolas.

Escola	Área da Edificação	Nº pavimentos	Área do Terreno
A	812,70 m ²	01	3.706,70 m ²
B	916,75 m ²	01	10.408,30 m ²
C	424,20 m ²	02	2.747,19 m ²

Fonte: Laurindo, 2018.

2.5 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos na pesquisa foram organizados e apresentados por meio de tabelas e gráficos. Para as discussões dos resultados aplicou-se descrição textual, análise qualitativa e quantitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 REQUISITOS DA PLANILHA DE AVALIAÇÃO

A aplicação da planilha de avaliação para as três escolas vistoriadas na pesquisa resultou em indicadores relevantes, de maneira com que possam contribuir para a aplicação na medição atual e acompanhamento futuro dos requisitos que não possuem conformidades. Na Figura 06 pode-se observar o quantitativo de itens avaliados e os requisitos em desconformidade, bem como o número de rotas por escola.

Figura 06 – Indicadores de requisitos não conforme da planilha de avaliação.

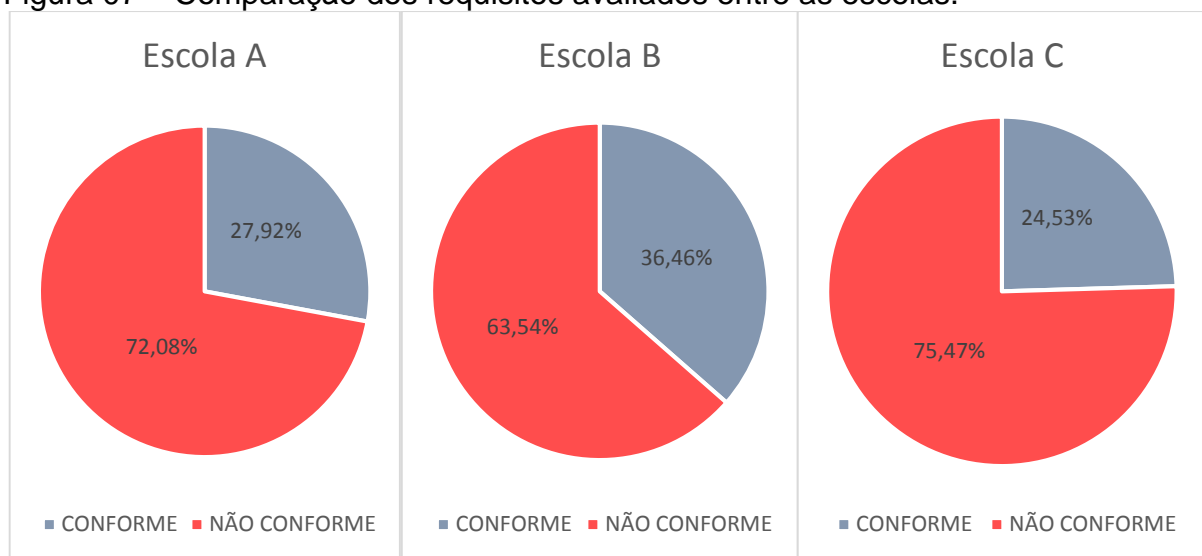
Escola	Nº rotas avaliadas	Nº requisitos avaliados	Requisitos "Não Conforme"
A	13	189	134
B	13	181	115
C	13	212	160
Total	39	582	409

Fonte: Laurindo, 2018.

Conforme a Figura 06, nas três escolas vistoriadas, analisaram-se 39 rotas, totalizando 582 requisitos da planilha de avaliação, dos quais 409 encontravam-se em desconformidade, em outras palavras, 70% dos requisitos avaliados, para todas as escolas, foram classificados em “Não Conforme”.

Para fim de uma análise comparativa entre as Escolas A, B e C, elaborou-se o gráfico da Figura 07.

Figura 07 – Comparação dos requisitos avaliados entre as escolas.



Fonte: Laurindo, 2018.

Entre as três escolas vistoriadas, a Escola C foi a que apresentou o maior percentual de não conformidades, 75,47%, ainda que as outras escolas tenham apresentado resultados próximos (72,08% e 63,54%, A e B, respectivamente). A Escola B foi a que apresentou melhor desempenho, com 36,46% de requisitos em conformidade com a planilha de avaliação.

Os requisitos com maior representatividade de desconformidade no percentual da Escola A foram “Salas de aula” e “Parque infantil”, para Escola B foram “Laboratórios e Sala de Artes” e “Quadra de Esportes”, já para Escola C foi o item “Parque Infantil”. Tais desconformidades podem ser melhor observadas na Figura 8.

Figura 8 – (a) Salas de aula/Escola A; (b) Parque infantil/Escola A; (c) Laboratórios e Sala de Artes/Escola B; (d) Quadra de Esportes/Escola B e (e) Parque Infantil/Escola C.



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)

Fonte: Laurindo, 2018.

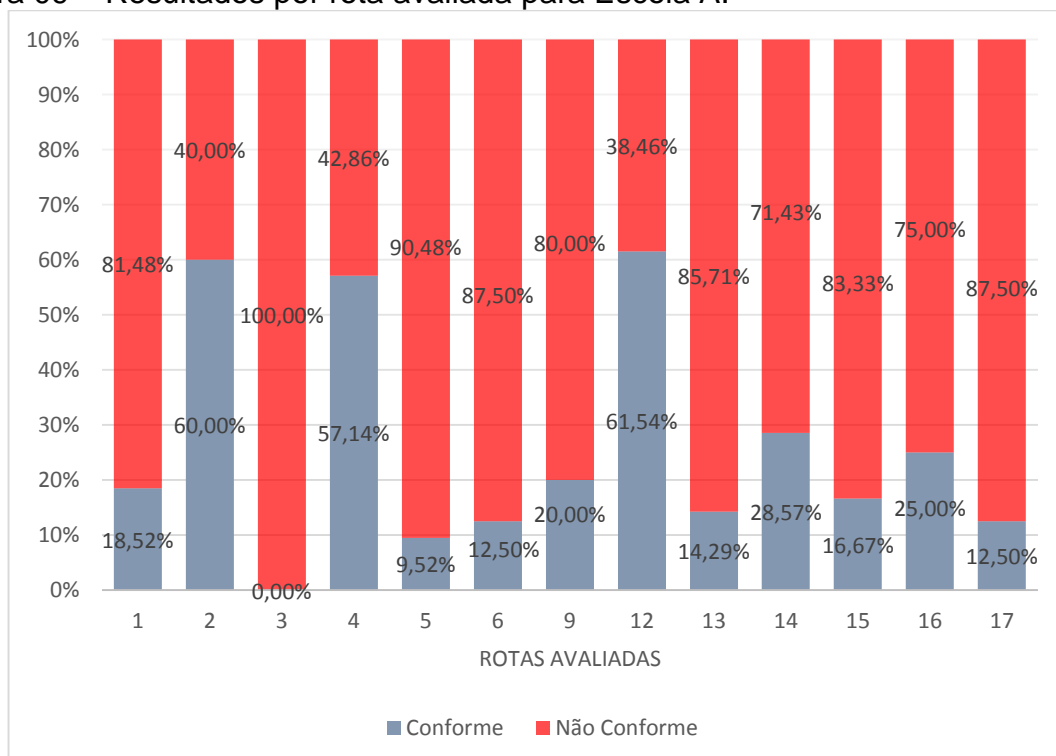
Nas Figuras (a), (b) e (e) apresentam as principais desconformidades encontradas como a falta de contraste entre o piso e as paredes/brinquedos e a inexistência de brinquedos e carteiras especiais para crianças com deficiência, entre outras desconformidades específicas de cada rota.

Do mesmo modo, nas Figuras (c) e (d) destacam-se a falta de contraste entre o piso e as paredes/demais elementos da quadra de esportes, a ausência de mesa e lavatório adaptados para alunos com deficiência, objetos na estante posicionados em uma altura de difícil acesso a crianças menores ou pessoas em cadeira de roda, e na quadra de esportes a ausência de espaço em que se encaixe uma cadeira de rodas, não permitindo assim que crianças com esta deficiência consigam assistir as aulas.

3.2 RESULTADOS DOS REQUISITOS DA PLANILHA DE AVALIAÇÃO PARA ESCOLA A

Os resultados obtidos por rota avaliada para Escola A classificados em “Conforme” e “Não Conforme” podem ser observados no gráfico da Figura 09.

Figura 09 – Resultados por rota avaliada para Escola A.



Fonte: Laurindo, 2018.

As rotas 07, 08, 10 e 11 não estão expostas, uma vez que o resultado obtido para todos seus requisitos foi “Não se aplica”.

Os resultados das demais rotas foram, em sua maioria, de não conformidades, visto que em aproximadamente 77% (10 das 13 rotas) os resultados “Não Conforme” superaram os resultados “Conforme”. Ressalta-se que na rota 03 não houve resultado do tipo “Conforme”, ou seja, nenhum dos itens especificados e exigidos na planilha de avaliação foram atendidos pela Escola A.

Para uma análise detalhada foram escolhidas as cinco rotas que obtiveram o maior percentual de não conformidades, sendo as rotas 03, 05, 06, 17 e 13. Deste modo elaborou-se uma tabela com o percentual de não conformidade de cada requisito presente nas mesmas, mostrada na Figura 10.

Figura 10 – Quantitativo de itens não conforme por rota, para Escola A.

ROTA	ESPECIFICAÇÃO	N° REQUISITOS	% NÃO CONFORME	REQUISITOS A CONFERIR	N° REQUISITOS	% NÃO CONFORME
3	Recepção e Salas de Atendimento	14	100%	Área de espera e balcão de atendimento	5	35,71%
				Comunicação visual/tátil/auditiva	6	42,86%
				Telefones públicos	3	21,43%
5	Escadas e Rampas	19	90,48%	Escadas	8	38,10%
				Rampas	5	23,81%
				Corrimãos e grade de proteção para rampas e escadas	6	28,57%
6	Salas de aula	7	87,50%	Salas de aula	7	87,50%
17	Parque Infantil	14	87,50%	Parque infantil	14	87,50%
13	Trocador em sanitário acessível	12	85,71%	Maca ou mesa	5	35,71%
				Chuveiro	7	50,00%

Fonte: Laurindo, 2018.

Na rota 03 - Recepção e Salas de atendimento, nenhum requisito obteve conformidade, representando uma não conformidade de 100%, sendo o item de Comunicação visual/tátil/auditiva com maior representatividade neste percentual, cerca de 43%.

Na rota 05 - Escadas e Rampas, o item com maior número de não conformidades foi o de Escadas, em que dos 13 requisitos avaliados, 8 não se apresentavam de acordo, representando 38,10% das não conformidades da rota avaliada.

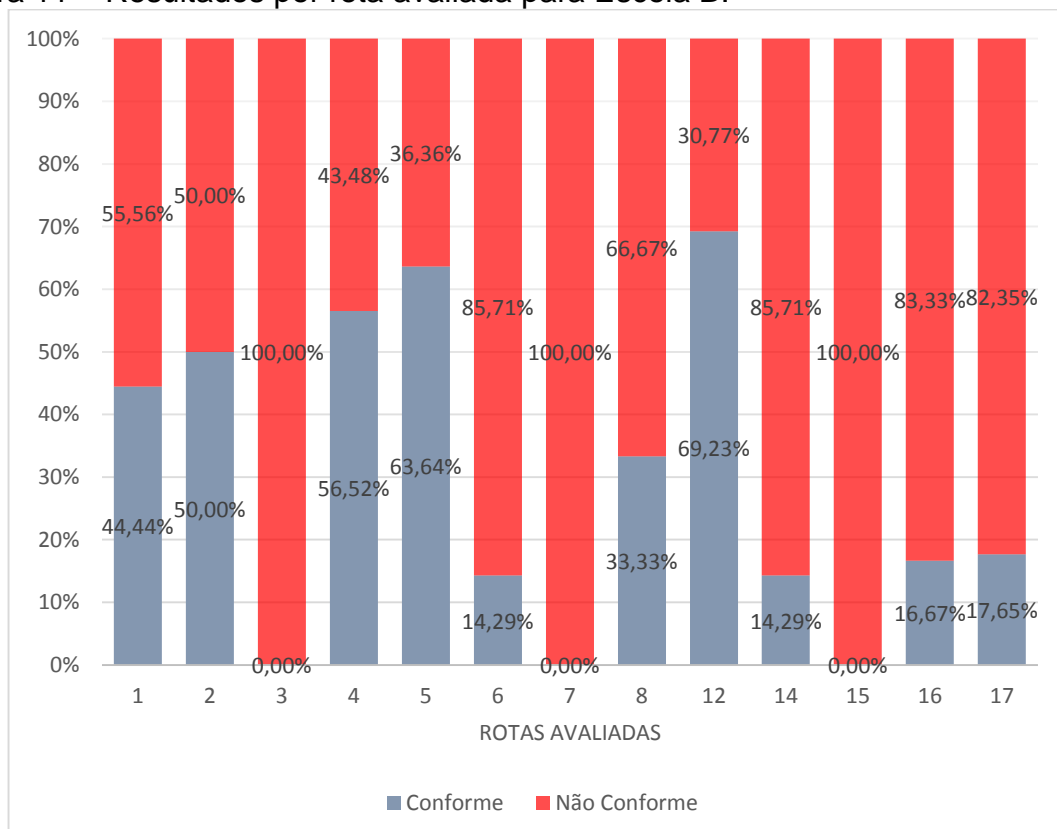
Já a rota 06 - Salas de aula, apresentou aproximadamente 88% de não conformidades, visto que dos 8 requisitos avaliados, apenas 1 continha o especificado. O mesmo resultado foi encontrado para rota 17 (Parque infantil), sendo que dos 19 itens aferidos, 17 não se encontravam de acordo.

Para rota 13 - Trocador em sanitário acessível, dos 14 requisitos analisados, somente 2 encontravam-se em conformidade, dos quais o requisito chuveiro foi o que apresentou maior representatividade, com 50% dos requisitos não conforme.

3.3 RESULTADOS DOS REQUISITOS DA PLANILHA DE AVALIAÇÃO PARA ESCOLA B

Os resultados obtidos por rota avaliada para Escola B, podem ser observados na Figura 11.

Figura 11 – Resultados por rota avaliada para Escola B.



Fonte: Laurindo, 2018.

Para Escola B as rotas que obtiveram resultados do tipo “Não se aplicam” foram as 09, 10, 11 e 13.

Das treze rotas avaliadas, nove apresentaram resultados do tipo “Não Conforme” superiores ao “Conforme”, ou seja, 69% das rotas não estavam, em sua maioria, em conformidade com a planilha de avaliação. Pode-se notar ainda, que as rotas 03, 09 e 15 obtiveram 100% dos resultados de não conformidades.

Da mesma maneira, optou-se por escolher as 5 (cinco) rotas com maiores percentuais de não conformidades, para uma análise mais detalhada, sendo estas as rotas 03, 07, 15, 06 e 14. A tabela com os valores percentuais de não conformidade de cada item pode ser vista na Figura 12.

Figura 12 – Quantitativo de itens não conforme por rota para Escola B.

ROTA	ESPECIFICAÇÃO	Nº REQUISITOS	% NÃO CONFORME	REQUISITOS A CONFERIR	Nº REQUISITOS	% NÃO CONFORME
3	Recepção e Salas de Atendimento	14	100,00%	Área de espera e balcão de atendimento	5	35,71%
				Comunicação visual/tátil/auditiva	6	42,86%
				Telefones públicos	3	21,43%
7	Laboratórios e Salas de Artes	9	100,00%	Laboratórios e Salas de Artes	9	100,00%
15	Quadra de esportes	8	100,00%	Quadra de esportes	8	100,00%
6	Salas de aula	6	85,71%	Salas de aula	6	85,71%
14	Refeitório	6	85,71%	Refeitório	6	85,71%

Fonte: Laurindo, 2018.

Semelhante a Escola A, na rota 03 - Recepção e Salas de Atendimento, nenhum dos itens estava de acordo com especificado, sendo o item de Comunicação visual/tátil/auditiva com maior representatividade, cerca de 43% dos 100% de não conformidades.

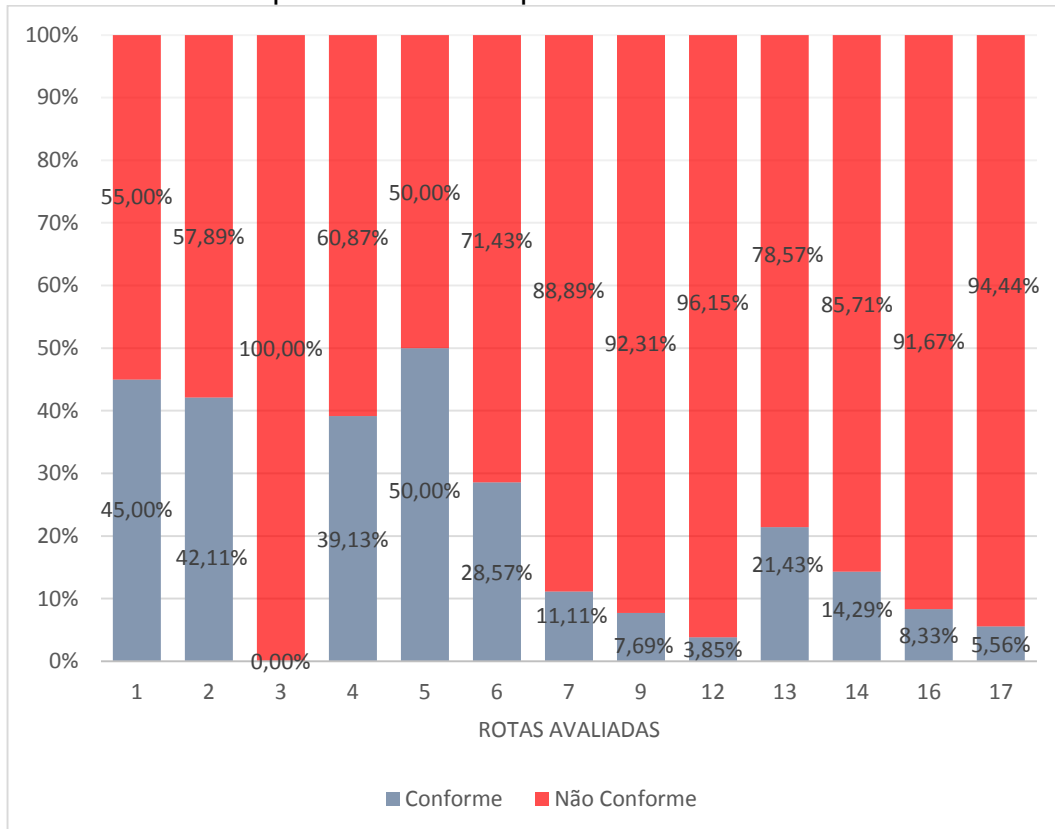
Na sequência as rotas 07 e 15 - Laboratórios e Salas de Artes, e Quadra de Esportes, respectivamente, também obtiveram 100% de não conformidades, em que nenhum dos seus requisitos estava de acordo com a planilha de avaliação utilizada.

Já a rota 06, que diz respeito às Salas de aula, obteve cerca de 86% de não conformidades, visto que dos 8 subitens, apenas 1 estava de acordo e outro não se aplicava a escola avaliada. Um resultado análogo foi obtido para a rota 14 (Refeitórios), porém 7 dos 8 subitens avaliados encontravam-se em desconformidade.

3.4 RESULTADOS DOS REQUISITOS DA PLANILHA DE AVALIAÇÃO PARA ESCOLA C

Os percentuais dos resultados obtidos por rota para Escola C podem ser observados na Figura 13.

Figura 13 – Resultados por rota avaliada para Escola C



Fonte: Laurindo, 2018.

As rotas com resultados do tipo “Não se aplicam” para a Escola C, foram as rotas 08, 10, 11 e 15.

Como é possível observar na Figura 13, apenas uma rota apresenta o percentual de conformidade igual ao de não conformidade, todas as demais rotas obtiveram seus percentuais de desconformidades maiores, ou seja, apenas 7,7% das rotas apresentaram resultado de acordo com a planilha de avaliação.

Seguindo o visto para as Escolas A e B, escolheu-se as 5 rotas com os maiores percentuais de não conformidades para uma melhor análise, sendo estas a 03, 12, 17, 09 e 16. A tabela com os valores percentuais de cada item pode ser vista na Figura 14.

Figura 14 – Quantitativo de itens não conforme por rota para Escola C.

ROTA	ESPECIFICAÇÃO	Nº REQUISITOS	% NÃO CONFORME	REQUISITOS A CONFERIR	Nº REQUISITOS	% NÃO CONFORME
3	Recepção e Salas de Atendimento	14	100,00%	Área de espera e balcão de atendimento	5	35,71%
				Comunicação visual/tátil/auditiva	6	42,86%
				Telefones públicos	3	21,43%
12	Sanitários	25	96,15%	Geral	6	23,08%
				Lavatórios acessíveis	6	23,08%
				Boxes sanitários acessíveis	11	42,31%
				Mictórios acessíveis	2	7,69%
17	Parque Infantil	17	94,44%	Parque infantil	17	94,44%
9	Espaço da educação infantil	12	92,31%	Espaço da educação infantil	12	92,31%
16	Pátios	11	91,67%	Pátios	11	91,67%

Fonte: Laurindo, 2018.

Novamente a rota 03 (Recepção e Salas de Atendimento) apareceu com maior percentual de não conformidade, e da mesma maneira que nas Escolas A e B, o requisito com maior participação foi o de Comunicação visual/tátil/auditiva com 42,86% dos 100% de inconformidades.

Já a rota 12 - Sanitários obteve 96,15% de não conformidades em seus resultados, sendo o requisito de Boxes sanitários acessíveis com maior participação, aproximadamente 42% do total.

Para a rota 17 (Parque infantil), dos 19 requisitos avaliados, apenas 1 (um) estava de acordo e outro não se aplicava, totalizando 94,44% de não conformidades. Resultado semelhante foi encontrado para rota 09 (Espaço da educação infantil), em que dos 16 requisitos apenas 1 (um) estava em conformidade, e outros 3 não se aplicavam, o que gerou 92,31% de não conformidades.

A rota 16 (Pátios) obteve cerca de 92% dos seus resultados em desacordo com o especificado pela planilha de avaliação, uma vez que dos 12 requisitos analisados, 11 resultaram em “Não Conforme”.

3.4 ANÁLISE DOS SUB-REQUISITOS DESCONFORMES POR ESCOLA E TOTAL

A fim de avaliar os principais sub-requisitos com maior percentual de não conformidades de cada escola vistoriada, foi elaborada a tabela exposta na Figura 15.

Figura 15 – Sub-requisitos com maior participação no percentual de desconformidades por escola

Escola	Rota	Requisitos	% Não Conforme
A	6	Salas de aula	87,50 %
	17	Parque Infantil	87,50 %
	15	Quadra de esportes	83,33 %
	16	Pátios	75,00 %
	14	Refeitório	71,43 %
B	7	Laboratórios e Salas de Artes	100,00 %
	15	Quadra de Esportes	100,00 %
	6	Salas de Aula	85,71 %
	14	Refeitório	85,71 %
	8	Salas de recursos Multifuncional	85,71 %
C	17	Parque Infantil	94,44 %
	9	Espaço da Educação Infantil	92,31 %
	16	Pátios	91,67 %
	7	Laboratórios e Salas de Artes	88,89 %
	14	Refeitório	85,71 %

Fonte: Laurindo, 2018.

Pode-se observar os sub-requisitos “Parque infantil” e “Salas de aula” aparecem entre os 3 primeiros com maior participação nas desconformidades de suas respectivas rotas. Outro fator importante é o sub-requisito “Refeitório” que aparece em ambas as escolas entre os 5 ambientes com maior percentual de falhas.

Cabe ressaltar que, apesar da maioria, nem todos os requisitos apontados estavam inseridos dentro das 5 rotas analisadas anteriormente, como, por exemplo, na Escola A as rotas 14, 15 e 16 não se mostraram entre as principais rotas com os maiores percentuais de desacordo.

Na Figura 16 foram classificados os 10 sub-requisitos com maior participação no total de não conformidades entre todas as escolas avaliadas.

Figura 16 – Sub-requisitos em desconformidade geral.

Rota	Requisitos	Total Escola ABC	% Não Conforme Total
17	Parque Infantil	45	11,00 %
4	Corredores	31	7,58 %
16	Pátios	30	7,33 %
9	Espaço da educação infantil	24	5,87 %
12	Boxes e sanitários acessíveis	19	4,65 %
3	Comunicação visual/tátil/auditiva	18	4,40 %
6	Salas de aula	18	4,40 %
7	Laboratórios e Salas de Artes	17	4,16 %
14	Refeitório	17	4,16 %
1	Estacionamento da rua	16	3,91 %

Fonte: Laurindo, 2018.

Dos 409 sub-requisitos em desconformidade o com maior representatividade nesse número, de todas as escolas, foi o “Parque infantil” representando 11% do total de requisitos em desacordo com a planilha de avaliação, seguido por “Corredores” (7,6%) e “Pátios” (7,3%).

4 CONCLUSÕES

Com a aplicação da metodologia os resultados propostos neste estudo foram alcançados. A presente pesquisa levantou dados relevantes sobre acessibilidade em três escolas municipais de Criciúma/SC.

Das 39 rotas avaliadas, com total de 582 requisitos, 409 demonstraram estar em desacordo com a planilha de avaliação, ou seja, a cada 10 requisitos vistoriados 7 estavam em discordância com o exigido.

Todas as escolas estudadas obtiveram o percentual de desconformidades superior ao de conformidades, sendo a Escola C a que obteve o maior índice de não conformidades, com 75% de requisitos avaliados não conformes. Os resultados apontam que os requisitos que apresentaram o maior número de não conformidades foram: “Salas de aula” e “Parque infantil” para Escola A, “Laboratórios e Sala de Artes” e “Quadra de Esportes” para Escola B e “Parque Infantil” para Escola C. Considerando-se globalmente os requisitos para todas as escolas os com maior frequência de não conformidades foram: “Parque Infantil”(11%), “Corredores”(7,58%)

e “Pátios”(7,33%). Conclui-se que a aplicação da planilha de avaliação proposta pelo Ministério da Educação e adotada nesta pesquisa proporcionam um diagnóstico orientativo para elaboração de um plano de adequação das escolas municipais às normas e legislações de acessibilidades espaciais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASÍLIA. **Estabelece normas gerais e critérios básicos de acessibilidade**. Decreto-lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

BRASÍLIA. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

BRASÍLIA. **Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

DISCHINGER, M. et al. *Acessibilidade universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis*. Universidade Federal de Santa Catarina e Prefeitura municipal de Florianópolis. Florianópolis: PRELO, 2004. 190 p.

DISCHINGER, M. et al. *Manual de acessibilidade espacial para escolas :o direito à escola acessível*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.115